

DA CASA AO MANGUE: O SENTIDO DO TRABALHO NA VIDA DAS PESCADORAS ARTESANAIS DO ESTUÁRIO DO RIO PARAÍBA, BRASIL

Emanuel Luiz Pereira da Silva
Universidade Federal da Paraíba – PPGSS
E-mail: emanuel.ufpbss@yahoo.com
Marinalva de Sousa Conserva
Universidade Federal da Paraíba – DSS - CCHLA
Almira Almeida Cavalcante
Universidade Federal da Paraíba – PPGSS

“...Trabalho alcança sua verdadeira e adequada existência apenas no interior de um complexo social que se move e se reproduz processualmente”

Lukács

1 - Introdução

Este artigo tem por objetivo refletir sobre as relações de trabalho e organização social das marisqueiras do estuário do rio Paraíba, que agilizam a produção e sua relação com o meio ambiente de onde o marisco¹ é extraído.

Destacamos a questão fundante - a defesa ecológica do meio ambiente como condição *sinequanon* para defesa da sobrevivência socioeconômica das marisqueiras, haja vista a dependência dos moluscos para subsistência desta atividade de cata.

Como vivemos na era do extermínio (SCHMIED; KOWARZIK, 1999, p.6) e estamos passando do modo de produção para o “modo de destruição” dos ecossistemas naturais, parte daí a necessidade de dar visibilidade à atividade das marisqueiras que estão imbricadas nesse processo de trabalho e meio ambiente, na perspectiva de contribuir no processo de organização do trabalho e comercialização adequada do produto marisco sem que aja desequilíbrio ambiental nos estoques naturais de moluscos, mas para que isso ocorra o Estado precisa dar condições para que as catadoras de marisco possam desenvolver suas atividades laborais com segurança e manejo adequado no processo de extração respeitando os períodos reprodutivos das espécies capturadas.

¹ Animal Invertebrado de corpo mole, classificado na zoologia (área das ciências biológicas que estuda os animais) como molusco bivalve por ser envolto por duas conchas calcárias responsável pela proteção da massa visceral que é altamente apreciada por muitos animais, inclusive humanos.

Na contemporaneidade o período antropoceno², no qual as alterações ambientais globais impostas pelo ser humano são refletidas em transformações tão rápidas que impossibilitam a assimilação de todas as conseqüências de nossas próprias atividades (DIAS, 2002). O crescimento populacional, somado às condições socioeconômicas adversas e aos padrões de consumo exagerados conduz os habitantes do planeta a uma situação insustentável, tanto em termos ecológicos, quanto políticos, sociais e econômicos.

Durante o século XX não se observou qualquer preocupação em relação ao meio ambiente. O uso indiscriminado dos recursos naturais, sem análise de sua capacidade de suporte e recarga, resultou na destruição progressiva dos ecossistemas, causando severos danos à sociedade. Com isso, surgiu a necessidade de se identificar estratégias para promoção do equilíbrio econômico, social e ecológico. Infelizmente, nessas duas últimas décadas, difundiu-se a idéia de que o meio ambiente é economicamente oneroso; assim, foi criada uma oposição fundamental entre os ecossistemas e o crescimento econômico; onde o primeiro é considerado um estorvo. (DIAS, 2003).

Ainda na perspectiva de Dias, através dos tempos, os inúmeros ecossistemas do planeta têm sofrido modificações e, em decorrência disso, tem havido uma diminuição da biodiversidade. Isso é uma conseqüência da evolução e faz parte da história da civilização. No entanto, hoje se faz necessário refletir a respeito dos impactos sobre o meio ambiente, direta ou indiretamente provocados pela ação humana. Existem evidências de que as conseqüências futuras podem prejudicar até a existência da própria humanidade pelas modificações bio-abióticas³ na estrutura da terra, inclusive causadas por alterações na cadeia alimentar.⁴

Dentro dessa luta pela sobrevivência encontramos as mulheres catadoras de mariscos das comunidades ribeirinhas dos municípios que circundam a grande João Pessoa

² › O termo "Antropoceno" foi proposto, pela primeira vez no ano 2000, pelo holandês Paul Crutzen, prêmio Nobel da Química em 1995. Em 1992, já o escritor Andrew Revkin tinha cunhado o termo "Antroceno" no seu livro *Global Warming: Understanding the Forecast*, que foi depois adotado por cientistas. Disponível em: <http://dn.sapo.pt/inicio/ciencia/Interior.aspx?content_id=1517824>. Acesso em: 20 fev. 2010.

³ Os componentes **bióticos** compreendem todos os seres vivos existentes no planeta. Os componentes **abióticos** podem ser **físicos** (como radiação solar, luz, temperatura, umidade, ventos), **químicos** (como os nutrientes presentes nas águas e no solo) ou geológicos (no solo).

⁴ A seqüência unidirecional e linear de seres vivos em que um serve de alimento para o outro recebe o nome de **cadeia alimentar**.

- PB que se organizam em grupos comunitários para elaborar novas estratégias que garantem suas vidas.

2 - A constituição histórica da categoria trabalho

A categoria trabalho constitui múltiplas significações, de acordo com o grau de abstração que possamos utilizar. Desta forma é uma das mais complexas categorias da sociologia moderna. O trabalho, enquanto categoria possui um significado histórico-ontológico. Nesse sentido, trabalho significa intercâmbio orgânico entre o homem e a Natureza. Eis o pressuposto estrutural (e estruturante) da atividade humano-social. O princípio ontológico constitutivo do ser social.

É um caráter de distinção primordial da espécie *homo sapiens* perante aos demais animais vertebrados⁵. Apenas o animal homem tornou-se capaz de constituir tal intercâmbio orgânico com a Natureza, no sentido de mudar as formas da matéria, constituindo objetivações (que aparecem como “segunda natureza”) em sua busca pela satisfação das necessidades vitais. Por conta das atribuições da espécie *homo sapiens* ao longo da história da humanidade, a cooperação social irá assumir uma forma de interatividade social, de sociabilidade plena, aonde a consciência, e com ela a linguagem e a técnica, irão retro-alimentar uma nova forma de ser: o ser social. O ser social surge como pressuposto da atividade do trabalho humano e também como produto da própria atividade do trabalho humano.

Contudo, por outro lado, quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho, ela se converte num esforço penoso, aprisionando os indivíduos. Se, por um lado necessitamos de trabalho humano e de seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicita o ser social. Essa dupla dimensão presente no processo de trabalho – que cria, mas também subordina, emancipa e aliena, humaniza e degrada, libera e escraviza, converte o trabalho humano numa questão crucial de nosso mundo, de nossas vidas, neste século XXI, cujo desafio maior é dar sentido ao trabalho humano e tornar nossas vidas fora do trabalho também dotada de sentido. (ANTUNES, 2006).

⁵ Animais que apresentam notocorda, fendas faringianas e tubo neural pelo menos nas primeiras fases do desenvolvimento embrionário, ou seja, apresentam quando formados coluna vertebral (anfíbios, répteis, aves e mamíferos) ou espinha dorsal como os peixes.

Foi por meio do trabalho que os indivíduos, homens e mulheres distinguiram-se dos demais animais. Em todas as áreas do conhecimento científico, comprovou-se ter sido a capacidade de trabalho, enquanto capacidade constituída de planejamento e execução, o diferencial dos seres humanos frente aos demais seres vivos, no metabolismo que processam com o meio ambiente para garantirem sua sobrevivência. O manejo de ferramentas e a experimentação acumulativa das propriedades naturais estiveram no baldrame do desenvolvimento cerebral humano, resultando na ampliação de nossa capacidade de comunicação pela linguagem corporal e verbal.

A distinção feita por Marx, entre “o pior arquiteto e a melhor abelha”: o primeiro concebe previamente o trabalho que vai realizar, enquanto a abelha labora instintivamente. Essa explicitação marcou toda a história humana uma realização monumental, rica e cheia de caminhos e descaminhos, de alternativas e desafios, de avanços e recuos. Sem o trabalho, a vida cotidiana não se reproduziria.

É fato correntemente aceito que a sociedade mundial se estruturou, fundamentalmente, em função do trabalho. Nos diversos momentos e sociedades o executor do trabalho desempenhou diferentes papéis em sua existência (BORGES; IAMAMOTO, 2004).

No atual debate referente à compreensão das sociedades contemporâneas, mesmo com o surgimento de novos paradigmas científicos, persiste a tendência de considerar o trabalho a categoria central para se pensar na vida social (SCHWARTZ, 1992; ANTUNES, 1995). Essa tendência pressupõe a idéia de que é o trabalho o principal mediador das relações entre o homem e o mundo, pois já assinalava Marx (1988) que, “como criador de valores de uso, o trabalho é uma condição de existência do homem, uma eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, conseqüentemente, da vida humana”. Para ele, é através do trabalho que o homem regula, medeia, controla seu intercâmbio com a natureza, e ao transformá-la, transforma sua própria essência natural de ser humano.

Desse modo, partindo dessa concepção, o trabalho como objeto histórico, elemento fundamental de sociabilidade, assume conotações múltiplas e diferenciadas no

decorrer da história das sociedades humanas, uma vez que suas concepções e práticas ganham sentido a partir de uma configuração social, política e econômica específicas.

Daí, mesmo com a proclamação da “crise da sociedade do trabalho” (OFFE, 1989) e com o “adeus ao trabalho” (ANTUNES, 1985, 1999), a preocupação e a discussão sobre o trabalho e suas transformações e metamorfoses vêm ganhando espaço e assumindo destaque na literatura especializada contemporânea, adensando, sobremaneira, o mercado editorial com publicação as mais diversas e variadas, frente aos desafios postos pelo ciclo recessivo de larga duração que assola o cenário mundial desde meados da década de 70, desdobrando-se na constituição de um novo padrão de acumulação e de regulação social, traduzidos na “acumulação flexível” (HARVEY, 1993) e no neoliberalismo (ANDERSON, 1995), como bem ressaltou Iamamoto (2001, p. 31).

O trabalho, na tradição da Sociologia do Trabalho, é apresentado, ainda, não só como uma característica humana, mas o traço fundamental de toda a sociedade, o elemento que “ordena” as sociedades (DANIELLOU, 2004, p. 80). De um lado, o trabalho reflete uma configuração singular de uma sociedade em um dado momento; e, de outro, a própria noção de uma construção social que repousa sobre a codificação das práticas e exclui totalmente certas realidades, por meio das quais estas práticas revelam outras. É necessário, portanto, considerar a diversidade das práticas, voltar-se para as diferentes maneiras de olhar o trabalho ao longo dos tempos e explicitar o que esta noção torna visível e oculta (Idem, p. 81).

Um exemplo dessa diversidade está na ponderação sobre o objeto considerado como trabalho nas sociedades tradicionais e nas sociedades industriais. Nas primeiras, este essencialmente agrícola comportou uma fraca divisão e pouca especialização; desenvolveu-se dentro de uma estrutura social particular que lhe dava o seu sentido: o trabalhador não agia como um indivíduo, mas como membro de um grupo familiar, de uma rede territorial e com obrigações no interior desse grupo. Tal concepção garante uma continuidade entre as atividades de trabalho, os ritos e todos os modos de ação, baseados no respeito aos mais velhos e na consideração aos outros.

Ainda de acordo com Marx, o trabalho é o fator que faz a mediação entre o homem e a natureza, sendo a expressão da vida humana. Dessa forma, através dele, altera-

se a relação do homem com a natureza. Note-se que, ao transformar a natureza, o homem transforma a si mesmo.

O labor é o elemento imprescindível na vida de qualquer indivíduo, para que este possa suprir suas necessidades e também, enquanto elemento que possibilita ao homem participar da sociedade na qual está inserido e, portanto, fazendo parte de sua estrutura sócio-econômica, cultural, dentre outras. Desta forma, o homem e a natureza participam igualmente do processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla o intercâmbio com a natureza e entre si. No entanto, é relevante não esquecer que o processo de trabalho tem por objetivo principal atender às necessidades da sociedade, através das mercadorias e dos serviços.

O trabalho humano é consciente e proposital, ao passo que a atividade dos outros animais é intuitiva. O trabalho que ultrapassa a mera atividade instintiva é a força que criou a espécie humana e o alicerce pelo qual a humanidade criou o mundo como o conhecemos (BRAVERMAN, 1987). De acordo com esse autor, o trabalho estabelece a relação Homem-natureza. É uma relação dialética: o Homem atua sobre a natureza, modificando-a e também se modifica.

Anterior à realização de seu trabalho, o homem é capaz de projetá-lo em nível de sua consciência, ou seja, tem a capacidade de definir meios diversos que possibilitam o alcance de seu objetivo, possuindo a livre escolha da alternativa que melhor se adequa a seus meios e procura segui-los. Isso é o que torna o trabalho do homem propriamente humano: o projeto e a visão antecipada do produto; ou seja, o homem ao participar de um processo produtivo, já sabe qual vai ser o seu produto final, pois todo processo de produção, cuja finalidade está voltada para o consumo e demandas de um determinado grupo social, é projetado e planejado.

De acordo com Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Diferente do que ocorre no mundo animal o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça antes de construí-lo na cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste

existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. [...].
(MARX, 1983, p. 149-150)

O trabalho, no contexto marxiano-lukácsiano, é uma categoria exclusivamente social, pela qual uma posição teleológica se realiza no âmbito do ser material como nascimento de uma nova objetividade. Nesse sentido, de acordo com Lukács: “A teleologia só existe no ser social. E, no interior deste, apenas enquanto momento da categoria trabalho”. (LUKÁCS, 1981, p. 19).

Por ser o trabalho humano distinto do trabalho dos animais é que o homem modifica a natureza de acordo com suas possibilidades. E para aumentar o seu poder sobre esta, o homem passa a utilizar instrumentos, acrescenta meios artificiais de ação aos meios naturais de seu organismo multiplicando-se enormemente a capacidade do trabalho humano de transformar o próprio homem. O que Marx observa na História é a evolução gradativa do trabalho, naquilo que corresponde à evolução do homem e a necessidade de suprir suas necessidades frente ao meio do qual faz parte.

Nesse sentido, ressaltamos Marx (1996), quando postula que o trabalho é o acionamento da força de trabalho, transformando a natureza em produto necessário à espécie humana. Este processo reúne três elementos: a atividade pessoal do Homem propriamente dita, isto é, o acionamento de sua força de trabalho, do conjunto de faculdades físicas e intelectuais existentes no seu corpo; o objeto de trabalho, compreendido como o objeto da natureza que o homem transforma com o seu trabalho em valor de uso; e os meios pelo qual se exerce o trabalho, ou seja, os instrumentos usados na mediação homem-natureza para viabilizar a sua ação.

O trabalho, portanto, enquanto formador de valores-de-uso, enquanto trabalho útil é uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade; é uma necessidade natural eterna, que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, ou seja, a vida dos homens." Através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza; "desenvolve as potências nela ocultas" e subordina as forças da natureza” ao seu próprio poder. (LUKÁCS, 1972, p. 7).

A atividade laboral é mais do que vender sua força em troca de remuneração. Há uma remuneração social embutida neste processo. O trabalho não significa apenas meio de sobrevivência, mas também possibilidade de manter contato com outras pessoas, de ter uma ocupação, de se reconhecer como parte integrante de um grupo ou da sociedade. Representa, ainda, uma significativa oportunidade de desenvolvimento das potencialidades humanas, atuando como uma importante fonte de auto-realização, de experiências psicossociais e de sentido de vida.

O trabalho chega a assumir outros papéis, não apenas na apropriação da natureza e no desenvolvimento de uma concepção racional sobre ela, o trabalho consolidou a cultura dos povos, a diferenciação política interna de suas comunidades e que no cerne da sociedade contemporânea, o papel central na constituição das classes sociais, que também com base as palavras de DEJOURS (2004):

A tese conhecida como “centralidade do trabalho” mostra que o trabalho desempenha um papel essencial de formação do espaço público, pois trabalhar não é tão-só produzir: trabalhar é ainda viver junto. Ora, viver junto não é produto de geração espontânea: pressupõe uma atenção em relação ao outro, um respeito pelo outro e contribuições extremamente complexas por parte de todos, na luta contra o poder dos interesses privados. O trabalho é mesmo, certamente, o *Locus* principal em que se realiza o aprendizado da democracia. Mas, se a renovação do viver junto fracassa, então o trabalho pode se tornar uma perigosa força de destruição da democracia e de difusão do cinismo e do cada-um-por-si. (...) O individualismo é uma derrota e não um ideal. (DEJOURS, 2004, p.18).

Torna-se um grande risco privar uma pessoa do trabalho, isso causaria uma ausência no reconhecimento da sua própria identidade, decorrente desse processo, promove grande sofrimento e leva a distorções na percepção e no comportamento dos indivíduos a ele submetidos.

Com a polivalência, flexibilização, descentralização, otimização dos recursos humanos, enxugamento de quadro, são palavras de ordem que podem ser traduzidas em aumento do desemprego. A lógica do mercado de trabalho atual “é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins” (HARVEY, 1993, p.

144). Os trabalhadores de forma geral estão expostos a um ritmo acelerado, de pressão constante, instabilidade e ameaça de desemprego.

Tudo isso propicia ambientes bastante competitivos e áridos, gerando um sentimento de (des) proteção e vulnerabilidade nos trabalhadores, como é elucidado por Enriquez:

Assim, os indivíduos estão sempre em situação de prova, em estado de estresse, sentem queimaduras internas, tomam excitantes ou tranqüilizantes para dar conta da situação, para ter bom desempenho, para mostrar sua “excelência” (entramos numa civilização de dopping); e, quando esses indivíduos não são mais úteis, eles são descartados apesar de todos os esforços despendidos. (ENRIQUEZ, 2006, p. 6).

Essas mutações no processo produtivo promovem, portanto, uma série de impactos decisivos, como: desregulamentação dos direitos do trabalho, terceirização e precarização da classe trabalhadora, níveis relativamente altos de desemprego estrutural e enfraquecimento do sindicalismo de classe vem levando muitos trabalhadores e trabalhadoras a se inserirem na pesca artesanal por falta de oportunidade de emprego acentuando as problemáticas que se evidenciam na pesca artesanal (SENNETT, 1999 apud SILVA & CONSERVA, 2009, p.1-17).

Segundo Paulo Netto (2008), “ao longo da história, os tipos de transformação que, através do trabalho, a sociedade opera nos elementos naturais para deles se servir, bem como os meios empregados nessa transformação”. Podemos observar que o processamento e manuseio da coleta de mariscos realizada pelas marisqueiras insere-se no contexto onde estas se utilizam dos recursos naturais para garantir sua sobrevivência econômica, social e ecológica. De acordo com Iamamoto:

[...] o trabalho é a atividade racional orientado para um fim, a produção de valores de uso, a assimilação de matérias naturais para satisfação de necessidades humanas. É, originalmente, metabolismo entre o homem e a natureza, da qual se apropria pra satisfação das necessidades humanas [...]. (IAMAMOTO, 2009).

3 - Organização, processo e condições de trabalho: as desigualdades no cotidiano das marisqueiras.

As mulheres pescadoras artesanais são chamadas de marisqueiras por realizar a catação de mariscos que garante o sustento dessas trabalhadoras em sintonia equilibrada com meio-ambiente onde vivem os moluscos. Gutiérrez (1996) expõe de forma profícua que é impossível construir uma relação de equilíbrio entre o ser humano e a natureza sem uma educação, ou seja, uma sensibilização para a importância do meio ambiente que venha atender quatro condições básicas: i) economicamente factível; ii) ecologicamente apropriado; iii) socialmente justo; iv) culturalmente eqüitativo, respeitoso e sem discriminação nas relações de gênero.

A área onde as marisqueiras desenvolvem seu trabalho de catação/extração de moluscos bivalves situa-se entre os paralelos de $06^{\circ}56'58''$ e $07^{\circ}08'18''$ Sul e meridianos de $34^{\circ}47'07''$ e $34^{\circ}55'37''$ Oeste, nas mediações da ponte sobre o Rio Sanhauá, Bayeux e João Pessoa-PB e as croas⁶ localizadas nas mediações de Mandacarú e praia do Jacaré em Cabedelo. O trabalho realizado por essas mulheres restringir-se a área de influência direta do estuário Rio Paraíba, incluindo o ambiente aquático, as suas margens e o manguezal adjacente como podemos observar na figura 01:

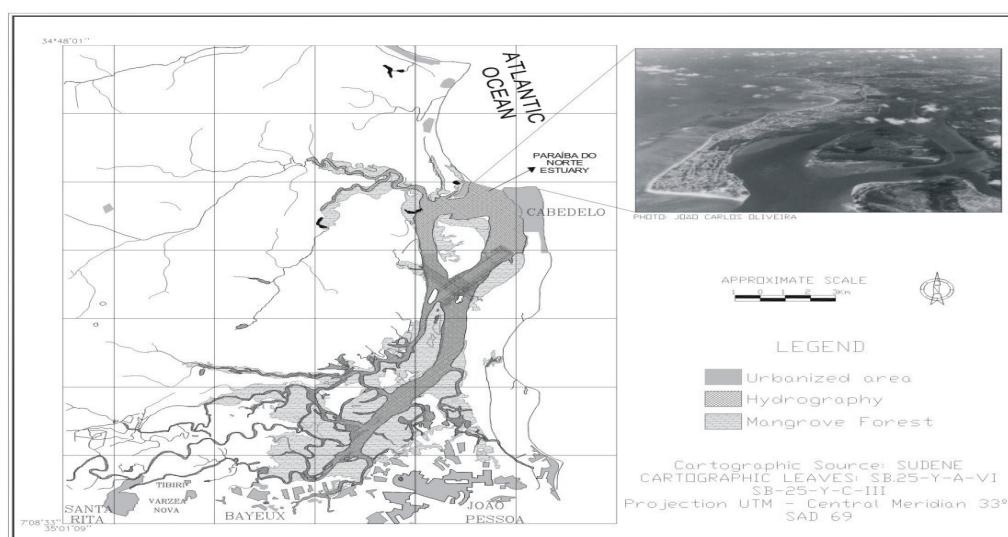


Figura 01 – Mapa de Localização do Estuário Rio Paraíba do Norte.

⁶ Bancos de areia que se forma devido ao assoreamento provocado pelo desmatamento da mata ciliar ou pelas correntes marinhas devido o estuário apresentar a dinâmica das marés.

De acordo com Dupas (1999, p.87-115), a prevalência do mercado no sistema neoliberal globalizado pressiona o aumento da produção de produtos mesmo em detrimento do equilíbrio ecológico. Para manterem a subsistência mínima as marisqueiras precisam extrair mais recursos naturais das fontes de moluscos onde trabalham, sob pena de serem excluídas do mundo consumista onde vivem. Há então uma contradição entre o desenvolvimento auto-sustentado, equilíbrio ecológico e a pressão da produção do modo de produção capitalista neoliberal globalizado, que é responsável pela degradação do meio ambiente e pelo esgotamento dos recursos materiais do planeta.

Esse modelo de desenvolvimento, baseado no lucro e na exclusão social não só distancia cada vez mais os ricos e pobres, como também os países desenvolvidos dos que se encontra em desenvolvimento, pois, os trabalhadores precisam trabalhar mais para manter o mesmo nível de qualidade de vida.

Essa forma de degradação do meio-ambiente também denominada natureza “não nos traz apenas o produto, traz-nos formas de organização social que destroem a nossa capacidade de utilizá-lo adequadamente”. Assistimos impotentes à exploração de crianças e pessoas idosas nesses sistemas de trabalho como o das marisqueiras enquanto o capitalismo cria a necessidade de substituir felicidades gratuitas por felicidades vendidas e compradas. O entendimento de natureza de acordo com Paulo Netto (2008) retrata que:

Conjunto de seres que conhecemos no nosso universo, seres que precederam o surgimento dos primeiros grupos humanos e continuaram a existir e a se desenvolver depois desse surgimento. Ela se compõe de seres que podem ser agrupados em dois grandes níveis: aqueles que não se dispõem da capacidade de se reproduzir (a natureza inorgânica) e aqueles que possuem essa propriedade, os seres vivos, vegetais e animais (a natureza orgânica). A distinção entre os níveis inorgânicos e orgânicos, contudo, não significa a existência de uma “dupla natureza” – de fato, a natureza é uma unidade, articulando seus diferentes níveis numa totalidade complexa. (PAULO NETTO, 2008, p. 35)

Nessa perspectiva, Neto expõe de forma profícua que “a sociedade não pode existir sem a natureza” fica clara a relação, natureza, recurso extraído pelas marisqueiras, neste caso o marisco, assim transformados pelo trabalho, que propicia as condições da manutenção de vida dos membros da sociedade. Onde sociedades humanas mantêm uma relação imbricada á existência da natureza.

Na longa e excessiva história da atividade humana no planeta, em sua incessante luta pela sobrevivência que é uma condição posta em um estado ecológico denominado de “inter-relações harmônicas e desarmônicas”⁷, onde o ser humano se relaciona com todos os seres vivos para garantir sua sobrevivência, onde ALTVATER, (2006, p. 331) expõe que não é fácil entender as relações sociais entre os homens e, entre estes e a natureza, porque requer um trabalho intelectual para superar o fetichismo inerente a tais relações, onde na pesca artesanal com mulheres se tem a conexão mulher – marisco onde o segundo dessa relação garante a sobrevivência das marisqueiras nas suas comunidades, sendo o mesmo, recurso do seu trabalho produtivo. Essa rede é formada para que o ser humano garanta a conquista da dignidade, da humanidade e da felicidade social, o mundo do trabalho tem sido vital.

As mulheres têm uma longa tradição na história da pesca artesanal, o seu modo de vida assenta na exploração da pesca familiar e elas são trabalhadoras experientes e conhecedoras essenciais para a sobrevivência das comunidades ribeirinhas distribuídas ao longo do estuário do Rio Paraíba.

No entanto, as famílias estão cada vez mais afetadas com as problemáticas ambientais onde ameaçam e degradam o recurso/marisco, por uma gestão deficiente, por tecnologias inapropriadas, pela aquicultura intensiva, e por políticas de pesca que não respeitam a equidade de gênero.

Na divisão sexual do trabalho, de acordo com Ávila:

[...] coube às mulheres as tarefas domésticas e aos homens as tarefas produtivas, na prática, mulheres sempre estiveram tanto na esfera da reprodução quanto na esfera da produção, enquanto os homens na sua grande maioria, mantiveram-se na esfera da produção [...]. (ÁVILA, 2002, p. 39).

Esse quadro faz parte da vida cotidiana não só das mulheres em contextos urbanos, mas principalmente no contexto rural, onde as relações desiguais de gênero são mais camufladas e neutralizadas. Segundo Oliveira (2007, p. 105) o debate sobre as esferas do trabalho produtivo e reprodutivo precisa se situar dentro de um contexto mais amplo da

⁷ Relações que ocorrem entre indivíduos de espécies diferentes, que podem ter benefícios para os dois envolvidos “Harmônica” ou para apenas um dos envolvidos “Desarmônica”.

vida cotidiana. Como explica Carrasco (2002, p. 135): “vida cotidiana é um território onde tem sido possível delimitar as presenças e ausências masculinas e femininas, de maneira estrita, e conhecer a divisão sexual e hierarquia que as preside”.

Na visão desta autora, as análises em torno da vida cotidiana têm facilitado o “conhecimento de como esse cenário e essa divisão convertem todo o feminino em subordinado e todo o masculino em possuidor do poder material e simbólico”. Na realidade do campo, tal “conversão” é ainda mais perversa, pois as mulheres têm poucos espaços e oportunidades para refletir sobre tais desigualdades e os papéis que assumem na esfera privada. Daí a importância da formação de grupos autônomos como as associações de mulheres catadoras de marisco, propiciando um espaço de encontro onde essas mulheres possam se organizar, elevar a auto-estima e tomar consciência de sua subordinação.

A vida cotidiana das marisqueiras é organizada entre o trabalho reprodutivo/doméstico e o trabalho produtivo. Para algumas se acrescenta as atividades comunitárias e sociais, que repercutem na divisão sexual do trabalho. Na esfera privada, assumem as tarefas domésticas e reprodutivas no cuidado com a educação das crianças que é um caso crítico, pois observa-se um número enorme delas realizando a catação de mariscos junto as suas mães que de forma significativa contribui para evasão escolar na comunidade, pois, muitas crianças chegam exaustas da atividade de coleta mariscos, acabando assim não indo á escola.

De acordo com Moser (1995, p. 52), o papel reprodutivo é caracterizado por:

Responsabilidades de gestação e criação dos filhos e as tarefas domésticas – na grande maioria realizadas pelas mulheres – necessárias para assegurar a manutenção e a reprodução da força de trabalho. Não só inclui a reprodução biológica com também a manutenção da força de trabalho(marido/companheiro e filhos trabalhadores) e a futura força de trabalho (crianças, meninos e meninas em idade escolar).

O trabalho feminino, no âmbito doméstico, não é socialmente reconhecido como trabalho, mais como um destino próprio das mulheres, atribuindo ao papel da maternidade, historicamente compreendido como constituinte natural de sua identidade de mulher; enquanto o papel produtivo, na visão de Moser:

O trabalho feito pelo homem e pela mulher e que produz bens e serviços, geralmente em troca de uma remuneração . Incluía produção comercial como valor de troca e a produção de subsistência/doméstica como um valor de uso real e um valor de troca potencial. (MOSER, 1995, p. 55).

Contudo, o trabalho doméstico está imbricado no trabalho produtivo, na vida cotidiana das marisqueiras, o que dificulta uma leitura de forma separada. À medida que, em seus relatos, elas destacam as tarefas que realizam no âmbito do trabalho produtivo, remetem de alguma forma, suas atribuições ao âmbito doméstico.

Como podemos constatar o trabalho desenvolvido pelas mulheres marisqueiras, a divisão sexual do trabalho é um fator importante de análise na vida delas, que se dá entre o trabalho produtivo- atividades desenvolvidas na pesca/cata dos mariscos e que recebem pagamento por este serviço e no reprodutivo, este que acontece no espaço doméstico - manutenção do lar, cuidado com a casa, filhos (as), marido, sendo a responsável direta pela manutenção e bem estar da família sem nenhum valor/pagamento por este serviço.

Segundo Deere & Leon (2002):

[...] uma das consequências disto é a invisibilidade do trabalho feminino no espaço privado - da casa, e o desconhecimento do tempo de trabalho das mulheres, integrantes de uma jornada de trabalho enquanto as responsáveis diretas pela reprodução e produção dos seres humanos [...].

Desta forma, a divisão sexual do trabalho tem por característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva como também, simultaneamente, a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado (KERGOAT, 2001).

Desta forma reserva-se as mulheres o espaço doméstico, pois são responsáveis pela manutenção da subsistência, cujos campos incluíam a alimentação e a higiene de homens e crianças (MENICUCCI, 1999, p. 59). Marx e Engels, já apresentavam alguns elementos em relação á presença da divisão sexual do trabalho no espaço reprodutivo.

[...] na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas as outras, dá-se ao mesmo tempo a distribuição e, com efeito, a distribuição desigual, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus

produtos; ou seja, a propriedade, que já tem seu núcleo, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do marido. A escravidão na família. Ainda embora tosca e latente, é a primeira propriedade [...]. (MARX; ENGELS, 1977, p. 46)

A ênfase na historicidade das relações sociais nos permite compreender que a família é um fenômeno social, e que a divisão social do trabalho gera uma forma de divisão sexual do trabalho entre as ditas funções femininas e masculinas. (NOGUEIRA, 2004, p. 4).

Ao aproximar-se particularmente dessa questão, Engels acrescenta:

[...] A primeira divisão do trabalho é que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; a primeira opressão de classe, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande processo histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam a custa da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade. (ENGELS, 1977, p.70-1).

Assim, a família monogâmica é, em grande medida, um espaço manifesto de conflito entre o homem e a mulher em consequência da opressão masculina, já que nessa esfera doméstica há um claro domínio patriarcal. Ainda segundo Engels:

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, roupa, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem homens de determinada época ou de determinado país esta condicionado por duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família de outro (...). [Além de ser] uma sociedade em que o regime familiar esta completamente submetido às relações de propriedade e na qual têm livre curso as condições de classe e a luta de classes, que constituem o conteúdo de toda a história escrita, até nossos dias. (ENGELS, 1977, p. 2-3)

A maioria das mulheres envolvidas na pesca artesanal, não se evade do mundo feminino tradicional; não recebe pelo seu trabalho benefícios morais e sociais, e isto lhe desanima e constrange. Mesmo atingindo a “Liberdade Econômica”, não alcança situação moral, social e psicológica igual a do homem (BEAUVOIR, 1980, p. 449-451).

As mulheres marisqueiras além de enfrentarem essa desigualdade nas relações de gênero, o trabalho que exercem não é reconhecido formalmente, não tem estatuto legal, e não possuem direitos previdenciários, direitos a seguridade social e direitos a formação profissional.

Conforme Silva & Conserva (2009), o nível de escolaridade dessas mulheres revela baixo grau de instrução, verifica-se que 30% são analfabetas e apenas 10% terminaram o ensino fundamental I. Com relação ao número de filhos e filhas, constatou-se que 40% das marisqueiras possuem cinco ou mais filhos (as). A coleta de moluscos constitui a principal fonte de renda, obtida por estas mulheres, das quais 53,33% ganham entre 2 a 2,5 salários mínimos, enquanto o homem obtém um maior salário na captura de caranguejos de 2,5 a 3,5 salários mínimos, apresentando elevada desigualdade em que a mulher apresenta muitas vezes uma maior jornada de trabalho.

As condições habitacionais dos atores estudados por Silva & Conserva (2009) inserem-se em dados em que a maioria 80% possui casa própria, construída de tijolos e coberta por telhas (73,33%), tem três cômodos (46,67%) e possui chão cimentado (80%). Para (NISHIDA, 2000) pesquisando catadores de molusco do litoral paraibano identificou porcentagens próximas de 93,3%, 93,3%, 53,3% e 93,3%, respectivamente.

A categoria tempo é crucial para o reconhecimento da importância das tarefas que as mulheres realizam, contribuindo com a reprodução da vida humana. Neste aspecto, CARRASCO (2002, p. 137) afirma que o “tempo em si mesmo coloca em evidência a necessidade que o trabalho das mulheres seja reconhecido social e economicamente”. Assim, compreendemos que os aspectos sociais e o econômico são indissociáveis para que haja reconhecimento e valorização do trabalho das mulheres.

A dupla jornada de trabalho das marisqueiras repercute de forma negativa no cotidiano dessas pescadoras, principalmente na falta de tempo livre para o lazer, que é

pouco usufruído no espaço das comunidades ribeirinhas do estuário do rio Paraíba. De acordo com Oliveira (2007) mulheres, tal situação é mais grave, pois o “tempo livre” dos finais de semana ainda é pouco desfrutado, em comparação aos homens, pois enquanto eles acabam suas tarefas produtivas e ficam livres para o lazer, elas vêm-se na obrigação de abrir mão do tempo livre para dar conta das tarefas domésticas.

Se tratando do espaço representativo que é a colônia de pescadores e pescadoras, no que condizem as decisões “políticas” sobre o processo da pesca observa-se que as mulheres são acometidas de altos padrões de desigualdades nas tomadas de decisões, onde as mesmas encaminham as discussões, opinam na elaboração de políticas de pesca, porém, são excluídas do fechamento decisório devido ao espaço de decisões serem ainda culturalmente exclusivamente masculino, sendo assim, sua participação não tem por direito a valorização devida, onde de forma chapada o que deveria prevalecer seria a equidade de gênero na co-participação social nas tomadas de decisões.

É possível perceber na vida das mulheres catadoras de mariscos o modo como a partir da sexualidade e reprodução, irradia-se um amplo campo de responsabilidades materializado em um significativo volume de trabalho que, ao fim e ao cabo, é estruturador da própria vida em sociedade. As atividades desenvolvidas pelas mulheres no âmbito da esfera privada eram e ainda são de tal modo desvalorizadas e, por isso, invisibilizadas que, durante séculos, convivemos com a idéia que as mulheres eram seres que não trabalhavam. (PORTELLA, 2001).

O perfil das marisqueiras que desenvolvem o trabalho de cata de mariscos em ambiente natural revela um quadro de extrema pobreza, vulnerabilidade social, desigualdades de gênero e de raça/etnia, apontando para o desafio da inclusão dessas dimensões no trabalho político e social com as mulheres.

4 Considerações finais

É necessário implementar ações que venham a contribuir para que as mulheres possam ser protagonistas em processos de mudança que garantam o exercício da sua plena cidadania e para a melhoria de suas condições de vida, que garantam políticas públicas com equidade de gênero, incorporando e reconhecendo seu trabalho produtivo e reprodutivo.

Desta forma, as mulheres marisqueiras além de enfrentarem desigualdades nas relações de gênero, o trabalho que exercem não é reconhecido formalmente, não tem estatuto legal, e não possuem direitos previdenciários, direitos a seguridade social e direitos a formação profissional.

A relação entre o homem e a natureza, a construção de uma sociedade sustentável, justa e equitativa se torna imprescindível para o desenvolvimento do ser social. Igualmente, torna-se necessário uma articulação com o poder público onde as pessoas, a sociedade civil organizada, em parceria com o estado nos seus três níveis de governo, precisam contribuir com uma parcela significativa na criação das cidades e campos saudáveis, e que sejam sustentáveis, isto é, com qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ALTVATER, E. Inflationare deflation oder die dominanz der globalen finanzmarkte. In: **Prokla – Zeitschrift fur Kritische Sozialwissenschaft**, n. 134, mar., 2006.

ALVES, G. **Verbete trabalho, dicionário crítico do trabalho**. In: RET – Rede de Estudos do Trabalho. Disponível em: <www.estudosdotrabalho.org>. Disponível em: 2000 fev. 2009.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 8. ed. São Paulo-SP. Boitempo. 2006. p. 13-251.

ARAÚJO, M.C. Análise quantitativa global das espécies de importância comercial do estuário Rio Paraíba do Norte. Crustáceos. In: **Projeto Estuário. Estudos Ecológicos no Estuário Rio Paraíba do Norte**, Paraíba, Brasil. *Relatório Técnico Final*, NEPREMAR/UFPB, João Pessoa, 1980. p. 134-137.

ÁVILA, B. S. O tempo e o trabalho das mulheres. In: COSTA, A. et. al. (Orgs). **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero**. Editora CUT Brasil. São Paulo, 2002.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v.2, 1980. p 449-451. p. 449-451.

BRAVERMAM, A. **Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do Trabalho no Século XX**. 3 ed. Rio de Janeiro. Guanabara, 1987.

CARRASCO, B. M. C. Em tiempo de trabajo de las mulheres: entre la invisibilidad y la necesidad. In: **Tiempos, Trabajos y Gênero**. Barcelona: Ediciones UB, 2002.

DANIELLOU, F. Introdução: Questões Epistemológicas acerca da Ergonomia. In: Daniellou, F. (org). **A Ergonomia em Busca de seus Princípios**. São Paulo. Edgard Blucher, 2004.

DEJOURS, C. **Addendum: da Psicodinâmica do Trabalho no Século XX**. 3 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, Brasília : Paralelo 15. 2004.

DEERE, C. D.; LEON, M. **O empoderamento da mulher: direitos a terra e direitos da propriedade em América latina**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, 2002.

DIAS, G. F. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana**. São Paulo: Gaia, 2002. p. 263.

_____. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003. p. 551.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

ENRIQUEZ, E. O homem do século XX: sujeito autônomo ou indivíduo descartável. **ERA Electron**, v. 5, n. 1, 2006.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo, Grijalbo, 1977.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1977.

GUTIÉRREZ, F. **Cidadania planetária**. 1996. Mimeografado.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra**, São Paulo: Petropolis, Série Brasil Cidadão. 2000

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola. 1993.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo-SP. Editora Cortez. 2008. p. 349.

KERGOAT, D. Le rapport social de sexe – De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. In: **Les rapports sociaux de sexe, actuel Marx**. Paris: Presses Universitaires de France, n. 2, 2. sem. 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Grijalbo. 1977.

MENICUCCI, E. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: Hucitec. 1999.

MOSER, O. N.C. **Planificación de gênero: teoria, práctica & capacitacion**. Edição Red entre mujeres/ Centro Flora Tristan – Centro de la mujer peruana, 1995.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho**. Campinas: Autores Associados, 2004.

NISHIDA, A. K. **Catadores de moluscos do litoral paraibano: estratégias de subsistência e formas de percepção da natureza**. 2000. Tese (Doutorado em Ecologia e Ciências Naturais) – Centro de Ciências e da Saúde da Universidade Federal de São Carlos, 2000.

OFFE, C. **Trabalho e Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o futuro da Sociedade do Trabalho**. v. 1, Rio de Janeiro. editora tempo brasileiro. 1989.

OLIVEIRA, M. L. L. **Transformação das desigualdades de gênero?** narrativas da vida cotidiana e empoderamento de mulheres de assentamentos do Cariri paraibano. 2007. Mestrado (Mestrado em Educação) – Centro de Educação da Universidade Federal a Paraíba, 2007.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 4. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008. p. 35.

PORTELLA, A. P; SILVA, C. FERREIRA, S. **Mulher e trabalho na agricultura familiar**. Recife: SOS Corpo – Gênero e Cidadania, 2004.

SCHMIED-KOWARZIK, W. **O futuro ecológico como tarefa da filosofia**: São Paulo: IPF, 1999. (Cadernos de Ecopedagogia, v. 4).

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro. Record. 1999.

SILVA, E. L. P.; CONSERVA, M. S. Marisqueiras e caranguejeiros: a questão da equidade de gênero e trabalho no estuário do rio paraíba, brasil. In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA E XI REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE-NORDESTE, 2009, Natal. **Anais...**Natal: UFRN, 2009. p. 1-17.